

PARECER Nº 197, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Projeto de Lei nº 1280, de 2022, do Senador Fabio Garcia e do Senador Wellington Fagundes, que *altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica.*



SF/22654.20378-81

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário, em substituição às Comissões, o Projeto de Lei (PL) nº 1280, de 2022, dos Senadores Fabio Garcia e Wellington Fagundes. Essa proposição *altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica.*

O PL nº 1280, de 2022, possui dois artigos.

O primeiro artigo prevê que:

- a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de ofício, promoverá a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores repetidos pelas distribuidoras em razão de recolhimento a maior, quando de alterações normativas ou de decisões administrativas ou judiciais que impliquem redução de quaisquer tributos, ressalvados os incidentes sobre a renda e o lucro;
- a destinação dos créditos tributários obedecerá a critérios equitativos, considerará os procedimentos tarifários e disposições contratuais aplicáveis e observará critérios tais como as normas e procedimentos

tributários aplicáveis à espécie e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

- os créditos tributários decorrentes da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) serão destinados aos consumidores de energia elétrica por ocasião dos processos tarifários regulares à medida da habilitação do crédito tributário perante o órgão fazendário competente;
- a ANEEL promoverá revisão tarifária extraordinária com vistas a destinar aos consumidores os créditos habilitados antes da entrada em vigor da Lei;
- a ANEEL e as distribuidoras poderão antecipar a devolução de créditos tributários, inclusive aqueles ainda não habilitados perante o órgão fazendário competente.

O art. 2º estabelece a cláusula de vigência da Lei: a data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal (CF) prevê, em seu art. 21, inciso XII, alínea “b”, que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. Já em seu art. 48, a Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Ou seja, o PL nº1280, de 2022, trata de tema que cabe à União legislar. Ademais, a proposição não trata de matérias de competência exclusiva do Presidente da República explicitadas no art. 61 da Constituição Federal. Dessa forma, o tema tratado pelo PL nº 1280, de 2022, orbita no campo de atuação material e legislativa do Poder Legislativo da União estabelecido pela Constituição Federal.

Também não há óbice em relação à juridicidade e técnica legislativa. Importante mencionar, ainda, que a proposição não promove



aumento de despesa ou diminuição de receita do Orçamento Geral da União (OGU) e atende aos preceitos das normas orçamentárias vigentes.

No mérito, é indiscutível a necessidade de aprovação do PL nº 1280, de 2022, conforme o Senador Fábio Garcia aponta na Justificação da proposição.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). No caso do setor elétrico, essa decisão criou a expectativa de que as distribuidoras de energia elétrica terão quase R\$ 50 bilhões em créditos tributários a receber da União, os quais deveriam ser revertidos para a modicidade tarifária. Contudo, o que temos visto é uma imensa incerteza legal quanto ao consumidor ser o beneficiário final desses créditos.

Não há dúvidas quanto ao fato de que o consumidor deve ser o beneficiário final desses créditos. Afinal, foi o consumidor que pagou a contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS em valor maior do que aquele que deveria ter sido cobrado. Isso porque, pelas regras tarifárias, esses tributos são recolhidos pela distribuidora, mas arcados pelos consumidores, e repassados à União. Ora, se o consumidor pagou um valor maior, não há que se falar em não receber integralmente os créditos tributários decorrentes da citada decisão do STF.

O PL nº 1280, de 2022, elimina a incerteza quanto ao real beneficiário dos créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. Mais do que isso, a proposição explicita que créditos tributários associados a situações semelhantes devem ser integralmente utilizados em proveito dos usuários de serviços públicos.

Devemos ressaltar que o PL nº 1280, de 2022, estabelece os princípios para a devolução dos créditos tributários e um regramento específico para os créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. Essa distinção é importante porque precisamos de forma célere garantir que esses créditos sejam repassados o quanto antes para as tarifas de energia elétrica, a fim de mitigarmos os elevados reajustes que têm ocorrido no exercício corrente de 2022.



Também julgamos pertinente destacar que o PL viabiliza a devolução dos créditos tributários em prol dos usuários do serviço público sem atentar contra o equilíbrio econômico-financeiro das concessões de distribuição. Tanto é assim que, no caso da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, a proposição determina a dedução, do valor a ser devolvido, dos montantes pagos diretamente pelas distribuidoras aos consumidores em ações judiciais, além de prever que eventual devolução antecipada desses créditos depende de anuência das distribuidoras, com a devida restituição do custo de capital associado a essa decisão.

Por fim, ressaltamos que o PL determina a revisão extraordinária das tarifas para que os consumidores de energia elétrica se beneficiem o quanto antes da devolução dos créditos.

Diante do indiscutível mérito da proposição, entendemos que apenas alguns ajustes de forma são necessários, com vistas a melhorar a redação do texto e alinhá-la com a terminologia empregada pela legislação tributária.

III – VOTO

Pelo exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade, pela boa técnica legislativa e pela adequação orçamentária do Projeto de Lei nº 1280, de 2022, e, quanto ao mérito, somos pela sua aprovação com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1- PLEN

(ao PL nº 1.280, de 2022)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.280, de 2022:

“Art. 1º

‘Art. 3º

.....



XXII – promover, de ofício, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica em razão de recolhimento a maior, quando de alterações normativas ou de decisões administrativas ou judiciais que impliquem redução de quaisquer tributos, ressalvados os incidentes sobre a renda e o lucro.

.....
 § 8º Para a destinação de que trata o inciso XXII do caput deste artigo, a ANEEL deverá estabelecer critérios equitativos, considerar os procedimentos tarifários e disposições contratuais aplicáveis e observar:

- I – as normas e procedimentos tributários aplicáveis à espécie;
- II – as peculiaridades operacionais e processuais relativas a eventuais decisões judiciais ou proferidas por autoridade tributária competente;
- III – a destinação integral dos valores do indébito, após apresentação ao órgão fazendário competente de requerimento do crédito a que faz jus, nos termos da legislação de cada ente tributário;
- IV – os valores repassados pelas distribuidoras de energia elétrica diretamente aos consumidores em virtude de decisões administrativas ou judiciais; e
- V – o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.’ (NR)

‘**Art. 3º-B** A ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objetos de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços – ICMS da base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

§ 1º Para a destinação de que trata o caput deste artigo, deverá ser considerado nos processos tarifários:

- I – o valor total do crédito utilizado em compensação perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, acrescido de juros conforme o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de novembro de 1995;
- II – a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente, conforme projeção a ser realizada pela ANEEL;
- III – tributos incidentes sobre os valores repetidos de que trata o caput;



IV – os valores repassados pelas distribuidoras de energia elétrica diretamente aos consumidores em virtude de decisões administrativas ou judiciais; e

V – a capacidade máxima de compensação dos créditos da distribuidora de energia elétrica.

§ 2º A destinação de que trata o caput dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento à Receita Federal do Brasil.

§ 3º Ressalvada a forma de destinação de que trata o inciso II do § 1º, a ANEEL poderá determinar a antecipação da destinação do crédito ao requerimento à Receita Federal do Brasil desde que:

I – haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado;

II – a distribuidora de energia elétrica seja restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

§ 4º A remuneração da antecipação de que trata o § 3º será definida pela ANEEL.

§ 5º O disposto no § 3º é aplicado ao crédito ainda não requerido à Receita Federal do Brasil desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica.

§ 6º A ANEEL promoverá revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação de que trata o caput referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor deste parágrafo.

§ 7º O disposto no § 6º aplica-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários foram homologados a partir de janeiro de 2022’.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

